

O MINISTÉRIO DA CULTURA Um balanço...e perspetivas depois do seu fim

Manuel Maria Carrilho

Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Resumo: Tendo em consideração a extinção do Ministério da Cultura na orgânica do atual governo de Portugal, analisa-se o percurso e faz-se o balanço das políticas culturais levadas a cabo desde 1995 até à referida extinção. Delineiam-se ainda os principais eixos que devem ser considerados nas políticas públicas de cultura e equacionam-se as perspetivas de futuro com que estamos confrontados.

Palavras-chave: Ministério da Cultura, políticas culturais, papel do Estado, futuro da cultura

Constitui sempre um motivo de satisfação poder falar sobre um tema que, como imaginam, tanto me ocupou em determinado período da minha vida... e continua a ocupar. É uma oportunidade rara em Portugal, embora agora um pouco estranha, dado o facto de o Ministério da Cultura ter, entretanto, sido extinto. Decidi por isso acrescentar ao tema inicial, que era «Ministério da Cultura: um balanço», «...e perspetivas depois do seu fim».

Trata-se pois de um tema muito atrativo, mas que não é simples, sobretudo porque procuro sempre manter alguma reserva em relação às políticas culturais que foram seguidas depois de eu próprio ter dirigido o Ministério da Cultura, então criado, durante quase cinco anos.

Essa criação aconteceu depois de um processo de estudo e debate das políticas a desenvolver no País, feito no âmbito dos “estados gerais” organizados em 1994/95 pelo Partido Socialista. Nos “estados gerais” trabalharam-se sectorialmente - a Justiça, a Educação, a Ciência, etc. - as medidas que se iriam concretizar caso o Partido Socialista ganhasse as eleições. E esta estratégia implicou um contacto próximo com os diversos sectores de atividade, com os seus responsáveis, com as instituições, etc.

No passado, já tinha havido por uma ou duas ou vezes ministério da cultura, mas foram efémeros, criados essencialmente como tributo a certas personalidades. Foi o caso de António Coimbra Martins e de Francisco Lucas Pires. Mas nunca tinha havido o compromisso pré-eleitoral de criação de um Ministério da Cultura, com um projeto próprio, trabalhado, de políticas públicas para o sector.

Foram esses trabalhos prévios que permitiram a criação, pela primeira vez em 1995, de um autêntico Ministério da Cultura em Portugal. É minha opinião, certamente suspeita e controversa, que o governo de António Guterres, no seu primeiro mandato, foi um excelente governo. É comum na política verificarmos que há pessoas que ocupam funções de grande responsabilidade sem que se lhes conheça qualquer tipo de preparação específica anterior. Confesso que não compreendo como é possível assumir-se funções num qualquer ministério sem conhecer bem o sector, sem conhecer a administração, os dossiers, etc... Parece-me próprio de um país pouco desenvolvido e algo bastante bizarro em termos europeus.

O mais importante foi, a meu ver, que na origem da ideia da criação do Ministério da Cultura, houve uma concepção estratégica sobre o papel da cultura no desenvolvimento do País. A concepção de base partia deste ponto, contrariando a ideia muito comum de que a cultura é um sector que serve sobretudo para colocar a flor na lapela: levam-se os artistas nas comitivas, distribuem-se uns subsídios em épocas pré-eleitorais, mas realmente a cultura não integra o pensamento dos responsáveis políticos sobre o país. Ora, com a criação do Ministério da Cultura, procurou-se pela primeira vez inverter esse estado de coisas: a cultura passou a estar integrada na estratégia de desenvolvimento do país.

Essa opção teve uma consequência imediata de grande valor simbólico e de grande impacto político. Tratou-se da decisão, tomada ainda em 1995, relativamente à barragem do Vale do Côa, suspendendo a sua construção, já iniciada, o que permitiu preservar um património sem igual no mundo.

Trata-se, como é sabido, de 17 km de gravuras únicas, gravuras paleolíticas que se encontram a céu aberto. Não é uma opção que possa ser tomada facilmente, e só é possível compreender o seu significado e alcance à luz de uma certa ideia de país e do modo como se integra a perspectiva cultural, neste caso, a do património, nessa mesma visão global.

Infelizmente, sabemos bem que muitos dos valores e projetos então defendidos foram, posteriormente, abandonados, mas foi essa a concepção que presidiu ao destino do Ministério da Cultura, enquanto eu estive em funções. Para mim esta visão foi absolutamente permanente e inegociável.

Uma tal concepção não se plasmou apenas nas gravuras do Côa. Tratava-se do Côa, mas também do preço fixo do livro, da Rede dos Museus, da internacionalização, etc. Tratasse-se do que se tratasse, esta ideia foi sempre inquestionável e norteadora: em cada momento, a cultura estava no centro.

De resto, é essa a razão pela qual faz sentido haver um Ministério da Cultura. É para que, também no Conselho de Ministros, a cultura esteja em pé de igualdade com a economia, as finanças, a saúde, a educação, etc. Ora esse ponto de vista parece-me que não foi suficientemente integrado nem pelo país, nem pela classe política, nem pelos partidos políticos, e daí ele ter tido, digamos, a “fugacidade” que lhe conhecemos - o que eu, pessoalmente lamento muito, como provavelmente lamentamos todos.

Havia, em meu entender, áreas de atuação ao nível da cultura que eram centrais para o país, e nas quais se destacavam a questão do livro e da leitura, bem como o apoio à criação, em todas as vertentes.

Refiro-me aqui ao teatro e ao cinema, sectores que tinham tido algum apoio até então, mas também a outros domínios, objeto de apoios muito mais raros e casuísticos, como a dança, as artes plásticas, a área da fotografia. Todos estes sectores foram objeto de apoios reforçados, estabilizados e dotados de critérios de financiamento bastante sólidos.

Outro domínio fundamental era o do património, na perspectiva da sua proteção e valorização. E também, numa dimensão não menos importante, a descentralização, o que não era particularmente difícil dada a dimensão do país. A descentralização foi um instrumento vital para o sucesso das nossas políticas: vejam-se os casos da rede de arquivos, da rede de museus, da rede de bibliotecas, etc.

De resto, na altura fez-se a primeira (e até hoje única, creio) convenção cultural autárquica, uma reunião que fiz com todos os vereadores da cultura das câmaras municipais do país, de modo a articular políticas e a motivar o País para a cultura. O objectivo era envolver o país nas questões culturais, e penso que esse foi uma parte importante do nosso trabalho político, no melhor e mais nobre sentido do termo.

Finalmente, a internacionalização da cultura foi outra das dimensões estruturantes da nossa ação, responsabilidade esta que era partilhada entre o Ministério da Cultura e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde continua o Instituto Camões, este também um pouco desaparecido atualmente.

Foram estas as causas estruturantes de tudo aquilo que se fez no Ministério da Cultura, durante aqueles quase cinco anos em que tive a responsabilidade de o dirigir.

Houve, nesse período, um conjunto de ideias e práticas, de valores e de obras, que se foram concretizando e consolidando. Visto a partir de hoje, muita coisa então se perdeu. Por exemplo, a rede de bibliotecas deveria ter sido concluída em 2003, se

tivesse continuado o ritmo iniciado nesses anos. Mas a verdade é que desde 2000 que não se lança nenhum concurso de bibliotecas, como também está esquecida a rede dos museus ...

E não nos referimos apenas às redes e à amplitude do que se fazia, trata-se também da natureza específica de cada um desses equipamentos. Os museus, por exemplo, não podem ser pensados como depósitos de bens. Qualquer museu deve ter um serviço educativo e um serviço de investigação, desempenhando um papel pleno de sentido para a comunidade.

A minha experiência no Ministério da Cultura diz-me que todos esses objetivos são realizáveis: mobilizam-se as pessoas e os meios aparecem, até porque são meios fáceis de obter, se comparados com os que são necessários noutros sectores.

O importante era fazer isto sempre numa perspectiva de dotar o país de condições para que se pudesse estabilizar institucionalmente o sector da cultura. Naturalmente que para isso foi importante assumir um certo tipo de intervencionismo no domínio das políticas públicas, intervencionismo que contudo nunca interferiu nas opções dos agentes culturais, antes criou condições de criação diferenciadas em cada sector, procurando corrigir as assimetrias que o mercado provoca. Temos que ter noção que é diferente o apoio cultural num mercado de 10 milhões ou num mercado de 500 milhões de pessoas. Do meu ponto de vista, a missão do Ministério da Cultura é apoiar sem pretender interferir, conduzir ou orientar a criação concreta. Penso que isso se conseguiu fazer durante aqueles anos.

Para lá da visão estratégica, são muito importantes as equipas. Os recursos humanos são um domínio muito mal tratado na cultura em termos de produção, avaliação e gestão de competências. Trata-se em minha opinião de um domínio muito agredido pelas ilusões da gestão. Em todos as áreas se escolhem gestores dos respectivos sectores, e na cultura também não devia ser diferente: os melhores gestores são os produtores e criadores culturais, mas em Portugal persiste a ideia de ir buscar empresários, banqueiros, etc., para gerir as instituições da cultura.

Recordo-me de diversos exemplos que ilustram esta ideia de que os agentes da cultura são os melhores gestores da sua própria área. Nos cinco anos em que dirigi o Ministério da Cultura recordo-me, por exemplo, do José Mattoso, que já estava retirado e se disponibilizou para vir trabalhar nos arquivos, na Torre do Tombo, por puras motivações de dedicação ao serviço público, mas há também os casos de Ricardo Pais no Teatro Nacional S. João, de Carlos Reis na Biblioteca Nacional, de João Zilhão no

Instituto Português de Arqueologia, e tantos, tantos outros... Eram pessoas de uma enorme qualificação e incansável dedicação.

Ora as equipas são grande parte do segredo do sucesso de qualquer instituição. E se há uma orientação política clara, se há equipas dedicadas e se há depois políticas sectoriais, naturalmente que os resultados vão aparecendo no tempo. Porque tudo se faz no tempo - foi o que aconteceu.

Para além disso, considero que a motivação é fundamental: eu reunia semanalmente com os diretores-gerais, e todos os três meses com todos os dirigentes do Ministério da Cultura, porque há qualquer coisa de cumplicidade no sentido de missão que é preciso alimentar, estimular num trabalho desta natureza.

E depois, naturalmente, trabalhar também com os *media*, fazendo regularmente o ponto de situação daquilo que havia sido prometido, daquilo que se iria fazer, bem como apresentando orçamentos sectoriais de todos os organismos.

Do meu ponto de vista o que se perdeu, entretanto, na cultura - como talvez em muitos outros sectores - foi essa ideia de que numa instituição tem que haver objectivos, meios e *timings* bem definidos. Procurando ser mais concreto, com um exemplo, o do cinema: os objectivos estavam perfeitamente definidos e quantificados, tínhamos como meta vir a produzir 14 longas-metragens e 40 curtas-metragens por ano. E o mesmo se passava, é outro exemplo, no estabelecimento de objetivos quanto à cobertura nacional das bibliotecas municipais, pois tínhamos determinado exatamente o ritmo a que se deveria crescer para se conseguir essa meta.

Ora este planeamento é fundamental para se poder ter uma previsão orçamental. Gostaria, no entanto de sublinhar que nem todas as questões se resumem a um problema de orçamento, ao contrário daquilo que por vezes se pretende fazer crer.

Eu hoje¹ olho para o orçamento da cultura, e tenho um arrepio, pois foi fixado em 200 milhões de euros, prevendo-se ainda reduções que o devem fixar nos 180 milhões. Quando saí do Ministério da Cultura, há quase 12 anos, o orçamento era de 250 milhões, altura em que havia menos instituições, menos museus, menos casas da música, etc. Trata-se de um orçamento que agora está nos 0,2% ou 0,3% do Orçamento Geral do Estado. É um orçamento completamente indigente para as obrigações do Estado no domínio da cultura. Para termos uma referência, recordo que 180 milhões é o montante do orçamento da Ópera de Paris, dos quais 110 milhões são garantidos pelo Estado e os 70 milhões restantes assegurados por instituições privadas.

¹ Conferência proferida em Abril de 2012

Por vezes, refere-se que na década de 90 havia muito dinheiro. Ora, essa ideia é falsa: o que houve foi uma progressão, sempre justificada pelo interesse público dos investimentos feitos. Quando se criou o Ministério da Cultura, o orçamento da Secretaria de Estado da Cultura era da ordem dos 35 milhões de contos, tendo passado em cinco anos para 50 milhões, um acréscimo de 43%.

O crescimento foi progressivo, subindo de 0,5 para 0,8%. Com a criação do Programa Operacional da Cultura, dotado de 72 milhões de contos, o orçamento poderia passar a mítica barra do 1%, que penso ser o número da dignidade no domínio da cultura.

Ao dizer isto, ao referir-me assim a esta percentagem, de 1% do Orçamento Geral do Estado, estou a sublinhar que se compreende que o orçamento para a cultura oscile em função do estado das contas do país. Mas também estou a dizer que considero que se situa aqui o limiar mínimo para que o Estado possa desempenhar dois tipos de funções:

- a primeira função, é a das obrigações estritas do Estado, nas suas instituições centrais: não se imagina que o Estado não seja capaz de cumprir as suas obrigações mínimas na Biblioteca Nacional, na Torre do Tombo, na Cinemateca Nacional, nos Teatros Nacionais, na Ópera.

- a segunda função refere-se ao apoio à atividade cultural que, num país com as dimensões de Portugal, com o tipo de inserção que têm na Europa, com a articulação que têm na Lusofonia, é absolutamente vital.

Gostaria de referir ainda um outro tipo de apoios financeiros com que trabalhámos. Para além de termos o apoio e a colaboração de autarquias muito motivadas, estimulámos também o surgimento de um mecenato com valores significativos.

Recordo-me, por exemplo, que na fundação do Centro Cultural de Belém, o mecenas tinham participações pequenas - aquilo um mecenato coercivo - de alguns milhares de contos. Era o caso, por exemplo, do BCP, que mais tarde viria a apoiar o Teatro Nacional S. Carlos com um milhão de contos. Nos teatros nacionais chegámos, na altura, a apoios de 100 mil contos por ano. Refiro estes valores em contos, porque tudo isto foi antes do euro, e é assim que tenho estes números “arquivados” na minha cabeça...

A criação da Rede de Cineteatros é outro exemplo, ela resultou de uma articulação entre Estado Central, as Câmaras e a Tabaqueira, (esta com um mecenato de cerca de 1,5 milhões de contos), foi um marco fundamental, que constituiu na época o maior apoio alguma vez dado à cultura. Não sei se foi ultrapassado...

A complementaridade entre o mercado e a sociedade civil é muito importante. Para se conseguirem resultados, é preciso o concurso de dois tipos de fatores: bons exemplos destinados a motivar o mecenato e crescimento económico. A ideia muito frequente no sector da cultura, que em tempos de crise se deve recorrer mais ao mecenato, é muito enganadora. Porque, naturalmente, quando se retrai a atividade económica, a primeira coisa que se retrai também é o mecenato. Nunca constituiu uma solução para um período de maiores dificuldades económicas - pode haver uma ajuda, uma simpatia desta ou daquela instituição, mas o mecenato é uma atividade que decorre do crescimento económico.

Hoje, a situação é muito diferente. Foi por isso que decidi acrescentar a esta minha comunicação de balanço do ministério da cultura “..e perspectivas depois do seu fim”. Encontramo-nos de facto numa situação muito diferente do que existiu entre 1995 e 2000.

Vejo aqueles cinco anos como um período de construção de políticas públicas nestas áreas, enfrentando as conhecidas dificuldades que há em Portugal na sensibilização da classe política e das nossas elites para a cultura. Depois de 1999, parecia-me desejável que houvesse um período de consolidação do já feito, mas também de inovação. De resto, essa foi a razão pela qual eu aceitei um segundo mandato, e também, depois, a razão porque só fiquei 10 meses no XIV governo.

A inovação para mim tinha a ver com a articulação com o audiovisual, com a área da comunicação. Portugal nunca teve e continua a não ter, uma política de comunicação. Já teve muitas políticas de propaganda de vários governos e de todos os partidos, mas nunca teve uma verdadeira política de comunicação. Ora, nos países onde há essa política, ela é articulada com a cultura, e foi essa articulação que eu defendi muitas vezes. Do mesmo modo sempre defendi que deveria haver uma articulação com a lusofonia, tópico que tem sido um refrão da nossa vida pública.

Para minha surpresa, nada disso aconteceu – nem então nem depois. Foi por isso que em 2009, penso que em Março, publiquei um texto longo no Diário de Notícias sobre a refundação das políticas culturais em Portugal. Na minha opinião, foi uma década perdida, no decorrer da qual o Estado se demitiu cada vez mais das suas responsabilidades no campo da cultura. Muitos dos organismos, ainda muito débeis e precários (cinco anos não permitem institucionalizar políticas e organismos), acabaram por desaparecer.

Considero no mínimo curioso que o governo do Partido Socialista tenha conseguido, entre 2005 e 2010, extinguir todos os organismos criados em 1995. Todos, sem

exceção: o Instituto Português de Arqueologia, o Centro Português de Fotografia, o Instituto Português de Conservação e Restauro, a autonomização do Instituto Português de Museus, a separação do Instituto Português do Livro, etc. Todas as inovações feitas pelo governo de António Guterres foram destruídas pelo governo de José Sócrates. Isto mostra como as coisas não são simples em termos de partidos...

Hoje temos uma administração da cultura que já só é comparável à do Estado Novo, nem sequer é comparável com aquilo que existia entre a década de 70 e a década de 90, quer em termos de orçamento, quer em termos de desorganização.

Foi certamente por isso que Pedro Passos Coelho, ainda candidato a Primeiro-ministro, anunciou a extinção do Ministério da Cultura e a criação de uma coisa híbrida, que no fundo nem sequer é bem uma Secretaria de Estado da Cultura, porque há um Secretário de Estado que não tem lugar em Conselho de Ministros.

Surpreende-me como é que as nossas elites, sobretudo universitárias, não reagem perante esta extravagância, que é haver um Conselho de Ministros onde a cultura não está presente. Na Europa, em nenhum país isto acontece, nem na Hungria onde há uma Secretaria de Estado da Cultura, mas onde o Secretário de Estado tem lugar no Conselho de Ministros.

Parece-me que a comunidade cultural, e o País no seu conjunto, não deu a devida atenção ao significado dessa extinção. Foi como se, para se resolver um problema na área da educação, se extinguisse o Ministério da Educação. Ou se dissolvesse a educação nas outras áreas, a pretexto da sua transversalidade, etc. O que, de resto, se chegou a ouvir a pessoas com responsabilidades políticas e culturais neste país.

Em Portugal, e é preciso dizê-lo claramente, nem a comunidade universitária nem a comunidade cultural se pronunciaram sobre esta situação. Não posso ler este silêncio de académicos, agentes culturais e criadores, senão como um sintoma.

Houve muitas pessoas de fora do país que me perguntaram: “mas não há abaixo assinados, não há protestos?” Efetivamente que eu tenha dado por isso, posso estar a ser injusto, mas realmente não vi. E assim a Cultura desaparece da decisão política, do centro onde se decide o Orçamento e onde se decide também como é que o país enfrenta os seus problemas.

Porque é bom ter-se presente que um ministro deve pronunciar-se sobre todos os assuntos do Conselho: assim como o da economia se pronuncia sobre a cultura, o ministro das finanças pode refletir sobre a educação, e assim sucessivamente. Um

Conselho é um colectivo, é um órgão colegial. Eu penso que se perdeu um pouco esta ideia e, provavelmente por isso, não se deu a devida importância a esta exceção europeia que foi o desaparecimento, em Portugal, da cultura no Conselho de Ministros.

Hoje a questão essencial é a de perspectivar o que deverão ser as políticas públicas de cultura, depois do seu fim. Mas como é que se pode construir alguma coisa, sem alicerces e em estado de mera sobrevivência? Por outro lado, hoje também não podemos pensar as políticas públicas da cultura como se pensavam em 1995, em 2000 ou em 2004. O contexto é completamente diferente, como bem sabe quem siga os atuais debates sobre políticas de cultura na Europa.

Hoje, o que há que ponderar na área da cultura passa por problemas como a gratuitidade, a imaterialização da economia da cultura, os novos sistemas de difusão, a privatização dos públicos, etc. Com efeito, há um conjunto de problemas que estão na agenda cultural europeia, mas que não são tocados praticamente por ninguém em Portugal.

O que é facto é que, com a década perdida, parece ter-se perdido o *élan*... Lembro-me de, quando assumi as minhas funções, a primeira coisa que procurei saber, foi: o que há bom para continuar? De resto, essa deve ser a preocupação de qualquer ministro. Tive muitos problemas com alguns autarcas socialistas por elogiar frequentemente Teresa Gouveia e a sua iniciativa na área das bibliotecas públicas.

É por isso que digo que o maior fracasso desse período em que dirigi o Ministério da Cultura foi, afinal, o de ele não ter tido continuidade, ainda no âmbito do mesmo governo, e, mais do que isso, por depois se terem perdido oportunidades únicas. Na década de 2000 a 2010 o sector cultural foi muito estudado em termos europeus. Em Portugal, Augusto Mateus fez um trabalho onde se mostrava o papel da economia da cultura, a sua contribuição para o PIB, a sua percentagem no emprego, etc. Tudo isso se perdeu. Essa ocasião foi-se, e a articulação com as indústrias criativas resultou em algumas coisas no norte do país, mas nunca foi objecto de verdadeiras apostas políticas, e nós entramos, também neste domínio, em regressão.

Hoje é preciso que se tenha presente a situação de agonia do sector, com imensos casos de grande pujança criativa em todas as áreas da cultura, mas sem apoios culturais públicos ou mecenáticos, que são vitais para a sua consolidação e para a sua projecção externa. Penso que só com uma noção muito clara da situação em que estamos, e dos desafios que enfrentamos, é que podemos inverter a situação.

E, em minha opinião, os desafios passam por uma compreensão da nossa situação civilizacional, pois estamos claramente numa mudança de paradigma, de esgotamento do paradigma do ilimitado, seja em termos de energia, em termos de consumo ou em termos de crédito. Ora, tudo isso também tem a ver com as indústrias criativas e com as indústrias culturais. E com a arte, de que se fala cada vez menos.

O próprio papel do Estado Providência tem de ser pensado. Nós hoje esquecemo-nos muitas vezes que a palavra crescimento, ligada à economia, surge só nos anos 50, e falamos como se fosse um adquirido da história da humanidade, quando o primeiro estudo sobre o crescimento data de 1960, intitulava-se *As etapas do Crescimento Económico*. Curiosamente, tinha como subtítulo “um manifesto não-comunista”. Tratava-se justamente de uma leitura do crescimento a partir do impacto do plano Marshall, de 47-51, nesses quatro anos o PIB europeu cresceu 30%.

Nós fizemos a revolução em 1974, mas a crise internacional começou infelizmente em 1973, altura em que se começam a revelar as dificuldades daquele paradigma que, como se vê, demoram muito tempo a manifestar-se inteiramente.

Neste contexto, parece-nos que é preciso pensar em termos de ruptura, para que se procurem novas soluções. É preciso conjugar estes dois elementos: por um lado, não termos ilusões sobre as dificuldades da nossa atual situação. Por outro lado, percebermos que hoje não há solução, nem na cultura, nem na economia, nem em nenhum outro domínio, que passe por aquilo que, em geral, os políticos chamam o relançamento, a retoma.

Não haverá solução tentando apanhar as coisas onde elas ficaram. Há um esgotamento nuns casos, há destruição noutros, e o contexto exige de nós que consigamos inventar soluções.

O paradigma emergente situa-nos perante uma realidade nova, que Gilles Lipovetsky designa por cultura-mundo, que é um tema que eu discuti muitas vezes com ele, e que se apoia num bom diagnóstico da situação atual, cheia de paradoxos, cheia de impasses, mas que passa muito pela articulação da cultura com a sociedade de consumo, num contexto de desmaterialização da cultura e de uma revolução que altera todos os circuitos de comercialização e de difusão da cultura. Será a partir daqui que, no futuro, teremos de pensar as políticas públicas da cultura.

Quero só acentuar um último ponto, nesta transformação global que vivemos ao nível da cultura, e que consiste na sua quase completa desregulamentação. Nós hoje só olhamos para a desregulamentação financeira, mas se pensarmos um pouco no que se

passa, constatamos que a globalização tem dimensões de desregulamentação de que ninguém fala.

No caso da cultura, quando se discutem as questões de direitos de autor, isso passa justamente por se avaliar o impacto que as novas tecnologias e os novos dispositivos têm. A questão será a de se saber se se conseguirá que haja soluções para esses problemas. Quase todos os países europeus estão a fazer esse debate de um modo intenso. No caso francês um dos debates mais vivos passa pela questão de se avançar, ou não, com medidas sancionatórias no caso de abuso dos direitos de autor, na sequência da lei que estabeleceu um conjunto de limitações. A Alemanha também já fez esse debate e tomou medidas, assim como a Bélgica, a Áustria e a Itália. Em Portugal este é um tema no qual o único ponto de vista que parece existir é do consumidor.

Penso que é em torno destes desafios, sem ilusões de retomas milagrosas ou de relançamentos fáceis, mas também tendo a noção que não se consegue construir nada sem bons alicerces, que há que pensar as políticas culturais do futuro.

O meu desejo é que a comunidade cultural assuma estes desafios, que não vejo os políticos a enfrentar. Se formos lúcidos teremos talvez direito a algum optimismo. E termino com uma frase da Agustina Bessa-Luís, que dá algum sentido a este meu optimismo: «o que resta é sempre o princípio feliz de qualquer coisa».

Este artigo foi originalmente apresentado no congresso internacional “I Conferência Internacional em Estudos Culturais – Políticas Públicas da Cultura”, na Universidade de Aveiro, em 12 e 13 de Abril de 2012.

Manuel Maria Carrilho é Professor Catedrático de filosofia contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, foi Ministro da Cultura dos XIII e XIV Governos Constitucionais (1195/2000), deputado à Assembleia da República (2000/2008) e Embaixador de Portugal junto da UNESCO (2008/2010). É autor de diversas obras, publicadas em Portugal e no estrangeiro. Para mais informações, veja-se o site www.manuelmariacarrilho.com